



## **ÁSIA/MALÁSIA - Conversão de crianças, educação religiosa e o uso do termo "Alá": novos desafios dos cristãos**

Kuala Lumpur (Agência Fides) - Os cristãos na Malásia estão todos interessados em três questões que atualmente atravessam a vida política e social, todos relacionados com a liberdade religiosa: a mudança de religião das crianças, a educação islâmica em escolas particulares e o uso da palavra "Alá" em publicações cristãs. "Ao abordar estas questões, a nossa referência é sempre a Constituição da Malásia, que garante a liberdade de religião para todos os cidadãos", disse à Agência Fides Tan Kong Beng, teólogo e professor universitário, Secretário Executivo da "Christian Federation of Malaysia" que une todas as denominações cristãs presentes na Malásia, país onde vivem cerca de 2,8 milhões de fiéis numa população de 27 milhões de habitantes. A questão da conversão religiosa dos menores saiu nas manchetes devido ao caso de dois meninos hinduístas que se converteram ao Islã sem a permissão da mãe, de etnia indiana e seu marido um muçulmano malaio. É uma passagem ilegal na Malásia já que a lei prevê que a conversão religiosa de uma criança só pode ocorrer com o consentimento de ambos os pais. Após o caso em junho passado, o governo havia apresentado uma emenda à lei existente, que teria permitido a uma pessoa com menos de 18 anos se converter ao Islã, mesmo com a permissão de um dos pais. "O projeto de lei foi finalmente cancelado, dada a opinião contrária de muitos setores da sociedade civil, do Conselho de Advogados e das comunidades religiosas não muçulmanas", disse à Fides Tan Kong Beng, manifestando satisfação pelas minorias religiosas. "No entanto - acrescenta - em muitos estados da Federação da Malásia ainda é uma prática normal que crianças especialmente de casamentos mistos se convertam ao islamismo sem a autorização de ambos os pais. Pedimos ao governo para respeitar as disposições em vigor a este respeito". Um segundo foco dos cristãos é uma ordem do Ministério da Educação que prevê os estudos islâmicos como "matéria obrigatória" para os estudantes em instituições particulares de ensino superior. A disposição, que entra em vigor em 1º de setembro de 2013, encontrou a oposição da "Malaysian Chinese Association" (MCA), que representa a parcela chinesa do povo malaio e de todos as componentes não islâmicas. "Esses estudos podem ser estabelecidos como escolha voluntária numa sociedade pluralista como a Malásia, formada por componentes étnicas e religiosas distintas", afirma o MCA num comunicado enviado à Fides.

"Impor aos estudantes não-muçulmanos que estudem e façam provas sobre uma religião-civilização que não é a sua é uma prática injusta e contrária ao art. 12 da Constituição", reitera a nota. O terceiro ponto, muito importante, se refere à controvérsia ligada ao uso do termo 'Alá' na Bíblia e em publicações cristãs. Uma parte da comunidade muçulmana na Malásia reivindica como exclusivo do Islã a utilização da palavra 'Alá' para indicar Deus. A controvérsia foi alvo de um recurso avançado pela Igreja católica em 2008 contra uma disposição do governo malaio que proibia aos cristãos o uso da palavra 'Alá'. Em 2009, um tribunal deu razão à Igreja católica e o governo apresentou recurso à Alta Corte contra a decisão, à espera da mediação. Em 2011, o governo emitiu uma declaração de 10 itens, jamais aplicada, que deveria ter colocado um 'fim' à questão. Nos últimos dias, a Igreja católica retomou o dossiê, pedindo ao tribunal que anulasse o recurso do governo. "Usar o nome de 'Alá' para invocar Deus é um nosso direito, que toca 60% dos cristãos malaios que praticam seu culto em Bahasa Malaysia", explica à Fides Tan Kong Beng. "Queremos ir até o fundo nesta questão. Se a Corte acolher este último pedido dos cristãos, o governo pode apresentar ainda um último recurso à Corte Suprema, a federal", informa. (PA) (Agência Fides 13/7/2013)